Maioria das mulheres não faz denúncia depois de sofrer violência, diz pesquisa

Notícias

Postado em: 13/01/2021 14:40

Mais da metade (52%) das mulheres que sofreram violência não procuraram qualquer tipo de ajuda. Apenas 10,3% das mulheres procuraram uma delegacia especializada e 8% uma delegacia comum, conforme a segunda edição da pesquisa Visível e Invisível – A vitimização de Mulheres no Brasil, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto Datafolha. A denúncia, entretanto, é uma das principais ferramentas no enfrentamento à violência e de prevenção ao feminicídio. Além das delegacias especializadas, na Bahia as mulheres podem fazer denúncias por meio da delegacia digital: www.delegaciadigital.ssp.ba.gov.br. Desde agosto de 2020, quando os serviços foram ampliados, é possível denunciar todos os tipos de crime previstos na lei Maria da Penha. Em outubro do ano passado, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM-BA) lançou o Zap Respeita as Mina, mais uma ferramenta para orientação às mulheres a partir do uso de inteligência artificial e que permite denúncias para casos emergenciais por meio de mensagens. O Zap agora tem novo número: (71) 3117-2815. As mulheres em situação de violência podem também ligar para o 190. Segundo a pesquisa da FBFP e do Datafolha, apenas 5,5% das mulheres ligaram para a Central de Atendimento depois de sofrer violência. Outras 15% procuraram ajuda da família. Em 2020, a Bahia ultrapassou o número de 100 feminicídios anuais, além de quase 87 tentativas do crime contabilizadas até 30 de novembro. A coordenadora da comissão permanente de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher do Ministério Público da Bahia, a promotora Sara Gama é uma das defensoras da denúncia “precoce” como forma de evitar esse tipo de crime. Na visão da promotora, a denúncia logo após os primeiros sinais de violência, ameaças ou agressões pode impedir a perpetuação do ciclo com desfecho no feminicídio. “Caso a denúncia ocorra nesses estágios iniciais, a gente pode conseguir uma medida protetiva. Muita gente acha que essa medida é apenas um papel, mas não é. Uma pesquisa indicou que de cada 100 vítimas de feminicídio apenas 3 tinham este documento”, argumentou em entrevista à Rádio Metrôpole. Sara explica que, com a denúncia, o agressor fica com o nome marcado pela Justiça, o que pode impedi-lo de conseguir um emprego ou ser aprovado em concurso público. “Precisamos agir na raiz para evitar que o problema cresça. Denunciando uma ameaça ela dificilmente se torna agressão. Denunciando a agressão, dificilmente se torna uma agressão grave”, pontuou. A promotora também comentou o caso da juíza federal morta pelo marido, ressaltando que este é um crime que independe de classe social ou etnia. “Essa violência nasce do homem não aceitar algum rompimento e se sentir dono da mulher. Então ele resolve destruí-la completamente. Uma prova deste caráter de posse, do sentimento de que ‘se eu não tenho ninguém tem’, você vê analisando os laudos médicos. No caso de uma mulher bonita, os criminosos geralmente desfigura o rosto e a genitália da vítima”.